

A impunidade do ministro

FOLHA DE SÃO PAULO

VICTOR FACCONI

A NC P 3

12 JUN 1987

As declarações do ex-ministro Dilson Funaro a propósito da denúncia de maquiagem nas contas da Cacex, ou seja, da tapeação feita com os dados da balança de pagamentos, cujo valor em si não importaria tanto, mesmo sendo coisa de mais de um bilhão e meio de dólares, se não estivesse em jogo a ética e a moral nacional, traz à baila os problemas da impunidade e da irresponsabilidade em nosso país.

É importante lembrar que Sua Excelência não teve pejo de declarar que "tapeou os números" para a opinião pública nacional e internacional, modificou as contas em mais de um bilhão e meio de dólares por uma simples questão de "interesse da pátria", imaginem que o interesse da pátria vai ao ponto de se lograr, jogando com números e valores tão altos uma prestação de contas da balança de pagamentos da 8.ª potência mundial. Frio, frieza, safadeza, cara-de-pau, é o mínimo que se pode dizer. Depois, num segundo momento Sua Excelência se defende dizendo que se trata de noticiário de represália a sua pessoa, como se a maquiagem irresponsável que promoveu não constituísse por si só represália, e isto sim, de leviandade contra o pacato, ordeiro, trabalhador, inocente e sofrido povo brasileiro, e não contra ele ministro. Mas, o mais grave é que acrescentou Sua Excelência uma ameaça de abrir a boca sobre "coisas importantes" que poderia denunciar "se não pararem os ataques à sua pessoa dentro do governo". Mas que segredos o ex-ministro tem para se "defender" que a nação já não devesse conhecê-los?

Depois do desastre, por "santa irresponsabilidade" a que levou o país, ouve-se ainda dizer que Funaro poderia disputar a Presidência da República pelo PMDB. Isto, evidentemente se o partido resistir até lá.

Antes disso tudo e diante da renúncia do ministro Funaro e à véspera da data em que deveria

comparecer à Câmara dos Deputados para explicar as causas do fracasso do Plano Cruzado, e quais os rumos previstos pelo governo para a economia nacional, ficou frustrada excepcional oportunidade para o real exercício das responsabilidades públicas e para o diálogo e debate democrático.

Foi a primeira vez que tal aconteceu na história política do país, de um ministro de Estado se demitir à véspera de atender a uma convocação do Parlamento Nacional. Mas diante das responsabilidades passadas, e das declarações recentes, entendeu, por unanimidade, a bancada do PDS na Constituinte e no Congresso Nacional de reiterar a convocação do ex-ministro Dilson Funaro, para que esclareça sua Excelência o sentido e alcance de sua gestão à frente do Ministério da Fazenda, e agora também das palavras de ameaça de sérias denúncias que proferiu. Que denúncias graves, por que o ministro se calou até aqui? Por conviência?

O líder do PDS, deputado Amáral Netto anunciou da tribuna a decisão da bancada adotada em reunião presidida pelo senador Jarbas Passarinho reavivando assim, e acrescentando novo e importante enfoque e motivação ao requerimento de convocação e esclarecimento de nossa autoria.

Como autor do requerimento de convocação eu seria o primeiro interpelante, e teria quinze minutos para falar, e antes do ministro. Preparei-me para isto, e com alto senso de responsabilidade procurei inclusive ouvir lideranças e coletar dados, quer do setor público quanto do setor privado. Com o não comparecimento do ministro só me restou tomar duas medidas, encaminhando dois requerimentos à Mesa da Câmara dos Deputados. Um, pedindo para ser transformada em solicitação de informações a interpelação que ti-

nhamos pronta para fazer ao ministro Dilson Funaro, que deveria comparecer para explicar a situação econômica do país, bem como mostrar quais os rumos da economia nacional e as causas e consequências do fracasso do Plano Cruzado. O outro requerimento pedindo para manter a convocação do ministro demissionário, porque o fato de deixar o ministério não o exime das responsabilidades de governo, durante o período em que esteve à frente do Ministério da Fazenda. Também convocamos o ministro do Planejamento e o novo ministro da Fazenda.

Li depois nos jornais algumas matérias correlatas e consequentes. A primeira delas é a publicação do ofício do ministro Dilson Funaro, dirigido ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Nesse ofício, entre outras coisas, afirma o ex-ministro:

"Outrossim, permaneço à disposição do Poder Legislativo para, na condição de cidadão, prestar esclarecimentos sempre que convocado por Vossa Excelência ou por iniciativa dos excelentíssimos senhores parlamentares. Na oportunidade, renovo os meus protestos de elevada estima e consideração. Assinado: Dilson Funaro."

Ocorre, que, a par da publicação desta matéria, a imprensa nacional publicou declarações do ministro Dilson Funaro que são da maior gravidade e que precisam ter de adobrimento, sob pena de virarmos o país da irresponsabilidade total, se já não o somos.

Diz o ex-ministro, por exemplo, numa das manchetes da imprensa nacional: "Causa do fracasso do Plano Cruzado: 'impunidade'". Em uma outra manchete da imprensa vemos: "Funaro defende novo choque e condena a impunidade no país". Mas não fica só aí, a questão é muito mais ampla. O "Jornal de Brasília", do dia 28, traz a seguinte

manchete: "Procurador tenta impedir venda de carne radiativa". Ora, se o ex-ministro diz que a impunidade dos corruptos sabotou um plano de desenvolvimento econômico e social do país, e o diz somente quando deixa o governo, precisamos saber o que vai acontecer: o governo vai tomar providências agora, já que não tomou o ministro, quando ministro? O Congresso Nacional votou, há cerca de um ano, uma nova lei intitulada "Lei de Combate aos Crimes de Colarinho Branco". Não bastou essa lei? Por que a impunidade? Quem são os corruptos? Dou um indício aqui. O "Jornal de Brasília" noticia "aqueles que importaram carne, radiativa"; talvez sejam esses corruptos ou, quem sabe, seriam os que importaram o leite contaminado; os que fizeram outras importações desnecessárias para a economia nacional ou até concorrente com os produtos brasileiros, ou aqueles que autorizaram as importações de milho, arroz e café? O que aconteceu com o Instituto Brasileiro do Café? Importamos café com enorme prejuízo quando o Brasil sempre foi exportador desse produto. Ou corruptos seriam as autoridades que autorizaram importações contrárias ao interesse nacional, quer do ponto de vista econômico, quer da saúde do povo consumidor? Precisamos efetivamente da presença do ex-ministro Funaro na Câmara dos Deputados para esclarecer tais questões, e até porque as autoridades da área estavam subordinadas a Sua Excelência.

A nação, o povo está cansado com a irresponsabilidade e a impunidade; e se faz necessário implantar no país o regime da responsabilidade e da punibilidade, pois enquanto ninguém for responsabilizado e punido não haverá democracia efetiva no Brasil.

VICTOR FACCONI, 45, economista e advogado, é deputado federal (PDS-RS) e secretário-geral do Frente Parlamentarista Interpartidária no Congresso Constituinte.